



# **Impactos ambientais da dinâmica de desenvolvimento da região noroeste colonial do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>**

**Dilson Trennepohl<sup>2</sup>**  
**Roberto Macagnan<sup>3</sup>**

## **Resumo**

No contexto dos debates sobre o desenvolvimento regional, este artigo visa analisar os impactos ambientais produzidos ao longo da trajetória de desenvolvimento da Região Noroeste Colonial, procurando identificar como essa questão foi contemplada na atuação de seu Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE – NORC. Faz-se um esforço de recuperação da trajetória histórica da região, apontando alguns dos principais impactos ambientais do processo de povoamento e ocupação do território, da modernização da agropecuária e o seu reflexo na dinâmica populacional. A atuação do COREDE é analisada na perspectiva de constituição de uma região enquanto espaço em que existe uma sociedade que o organiza e dirige. São retomados elementos que caracterizam o processo de criação e organização do Conselho, o

---

*Recebimento: 14/01/2008 • Aceite: 21/01/2008*

<sup>1</sup> Artigo elaborado, inicialmente, no âmbito da disciplina de Interação entre Economia e Meio Ambiente, ministrada pelo Prof. Dr. Silvio Cezar Arend, no Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Foi colocado em debate no grupo de pesquisa sobre Dinâmicas Locais de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, do Departamento de Economia e Contabilidade da UNIJUI e recebeu contribuições importantes de seus integrantes.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Economia e Contabilidade da UNIJUI, mestre em economia pela Universidade Federal da Paraíba e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC.

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Economia e Contabilidade da UNIJUI, mestre em economia pela Universidade Federal da Paraíba, integrante do grupo de pesquisa sobre Dinâmicas Locais de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul.

diagnóstico sócio-econômico-ambiental que realizou, bem como as principais ações implementadas e o alcance dos resultados.

**Palavras-chaves:** Impacto Ambiental; Desenvolvimento Regional; Sustentabilidade.

## **Environmental Impacts of the dynamics of development of colonial northwestern region of Rio Grande do Sul**

### **Abstract**

In the context of the debates on the regional development, this article seeks to analyze the environmental impacts produced along the path of development of the Colonial Northwest Area, trying to identify how that subject was contemplated in the performance of the Regional Council of Development–COREDE–NORC. It makes an effort of recovery of the historical path of the area, pointing out some of the principal environmental impacts of the settlement process and occupation of the territory, of the agricultural modernization and its reflex in the population dynamics. The performance of COREDE is analyzed in the perspective of constitution of an area as a space where there is a society that organizes and manages it. Elements are reviewed that characterize the creation process and organization of the Council, the socio-economical-environmental diagnosis that it accomplished, as well as the main implemented actions and the results reached.

**Keywords:** Environmental Impact; Regional Development; Sustentabilidade.

## Introdução

A temática do desenvolvimento regional, bem como sua interação com o meio ambiente, tem merecido a atenção de pessoas e instituições em busca de melhor compreensão de seus fenômenos e da elaboração de propostas de intervenção na sua dinâmica. Nas universidades foram criados programas de ensino, pesquisa e extensão (mestrados e doutorados) com o objetivo de aprofundar os estudos sobre o tema e qualificar profissionais para atuar em diversos espaços regionais. Os governos elaboraram diagnósticos sobre as diversidades regionais e definiram políticas direcionadas a enfrentar a problemática identificada.

No Rio Grande do Sul tais preocupações estão incorporadas na Constituição do Estado, elaborada em 1989, sob forte enfoque na regionalização e democratização do planejamento das ações do poder público enquanto instrumento para o desenvolvimento. No artigo 18, a Constituição abre a possibilidade de incorporar à estrutura político-administrativa do estado, o processo de descentralização do planejamento quando explicita que *“poderão ser instituídos órgãos ou entidades de apoio técnico de âmbito regional para organizar, planejar e executar integralmente as funções públicas de interesse comum”*.

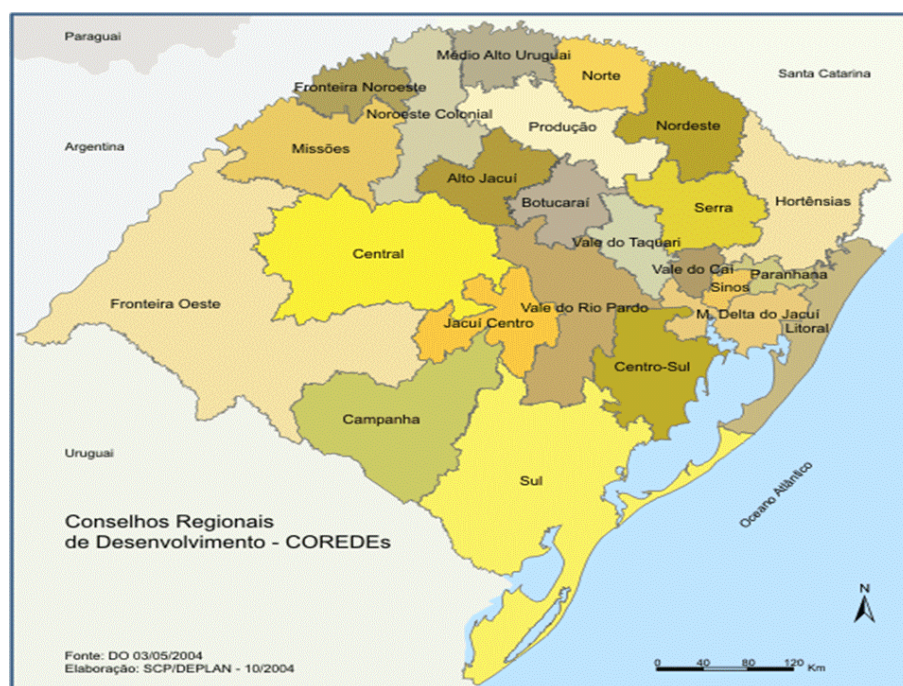
No que se refere à democratização, em seu artigo 167, consta *“A definição das diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento caberá a órgão específico, com representação paritária do Governo do Estado e da sociedade civil, através dos trabalhadores rurais e urbanos, servidores públicos e empresários, dentre outros, todos eleitos em suas entidades representativas”*.

Fruto desse debate, foram criados pelo Governo Estadual, em 1991, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) com o objetivo de descentralizar o planejamento e as decisões estratégicas relativas ao desenvolvimento de cada região. Os COREDES foram regulamentados através da Lei 10.283, sancionada em 17 de outubro de 1994, com o direito e a responsabilidade de definir a alocação de uma parcela dos investimentos previstos no Orçamento do Governo do Estado. Também foram desafiados a construir uma identidade regional, elaborar diagnósticos sobre sua dinâmica social, econômica e ambiental, estabelecer diretrizes de desenvolvimento e propor programas e projetos cuja implementação pudesse contribuir para alcançar os objetivos e as metas traçadas.

O Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial iniciou suas atividades em março de 1991, constituído por três Associações de Municípios (Planalto Médio, Celeiro e Grande Santa

Rosa). Considerando suas especificidades, em junho do mesmo ano, as lideranças da Região da Grande Santa Rosa decidiram pela criação de um outro conselho, o COREDE Fronteira Noroeste. Ao longo daquele ano foram estruturados os demais COREDES do estado e, em novembro, foi realizado em Ijuí/RS um Seminário Estadual de Planejamento e Orçamento Regionalizado com o objetivo de aprofundar os entendimentos sobre a nova dinâmica institucional.

**Figura 1:** Mapa dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul



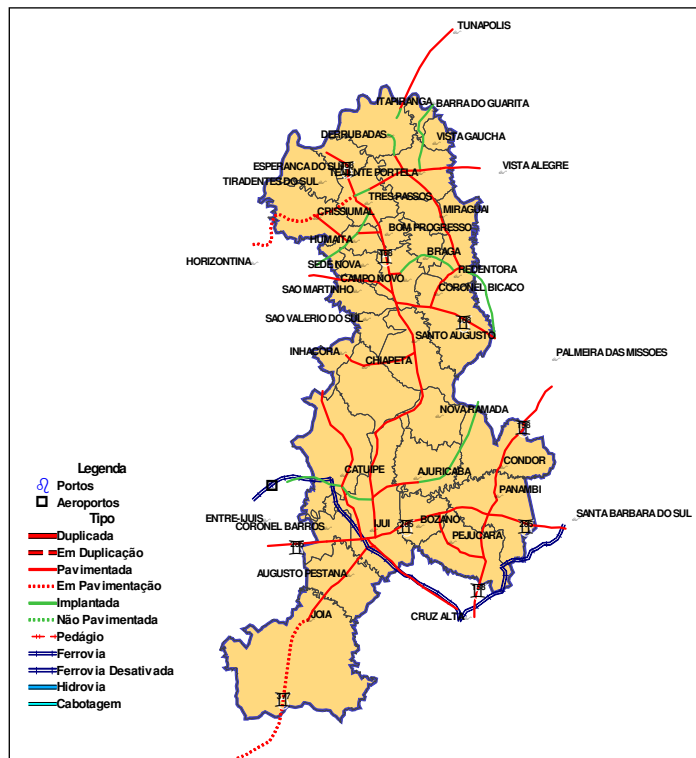
Dessa forma foi definida a Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul que atualmente é composta por 32 municípios<sup>4</sup>, abrange uma área de 9.911,3 km<sup>2</sup> e possui uma população total de 306.086

<sup>4</sup> Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Bom Progresso, Bozano, Braga, Campo Novo, Catuípe, Chiapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguaí, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos, Vista Gaúcha.

habitantes (em 2004). Localiza-se no noroeste do estado, confrontando-se ao Norte com o extremo oeste de Santa Catarina e o Nordeste da Argentina, através do Rio Uruguai, ao Oeste com as regiões Fronteira Noroeste e Missões, ao Sul com a Região Central e ao Leste com as regiões do Alto Jacuí, da Produção e do Médio Alto Uruguai.

Na organização do Conselho foi importante a experiência de ação conjunta realizada com base em estratégias, planos e ações dos municípios integrados. O Conselho não deveria substituir as instâncias existentes, mas dedicar-se às questões estratégicas da região, explicitando sua vocação, definindo investimentos prioritários, promovendo a articulação política e técnica com o Governo Estadual, através do debate permanente na busca do consenso possível.

**Figura 2:** Mapa do Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial



As características naturais da Região Noroeste Colonial compreendem um alto grau de heterogeneidade, combinando zonas de campo com relevo ondulado, com zonas de mato com relevo bastante

acidentado, especialmente na proximidade do Rio Uruguai e de seus principais afluentes.

O bioma “Mata Atlântica” predomina em dois terços do território e apresenta marcas profundas da agressão humana pelo desmatamento e movimentação da terra para o plantio de lavouras ou para instalações urbanas e rurais. Tão somente cerca de 20% da área continua coberta com florestas nativas em que pode ser encontrado um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do Estado – o Parque Estadual do Turvo, em Derrubadas, no interior do qual se situa o Salto do Yucumã. Existem também na região duas áreas demarcadas como Reservas Indígenas (Guarita e Inhacorá), onde vivem importantes populações de Índios das tribos Kaygang e Guarani.

Cerca de um terço do território da região é composto pelo bioma “Pampa”, com campos de estepes e savanas. Inicialmente utilizadas para a pecuária extensiva, estas áreas apresentam solos profundos, bem drenados, bastante ácidos e de baixa fertilidade, sendo comum a existência de toxidez por alumínio. Tais características, associadas ao relevo suave, as tornam de boa aptidão agrícola, desde que corrigida a fertilidade química. Com o processo de modernização da agropecuária estas áreas foram transformadas em grandes lavouras mecanizadas para o cultivo de trigo, soja e milho. A disponibilidade de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) e da maquinaria moderna possibilitou o desenvolvimento de empresas rurais de grande porte especializadas na produção de grãos, em substituição à pecuária extensiva.

O objetivo deste artigo, portanto, é analisar o processo de desenvolvimento regional identificando os principais impactos ambientais produzidos por sua dinâmica nas diferentes etapas. Pretende contribuir para o entendimento sobre as distintas condições existentes para o desenvolvimento da região, que em pouco tempo esgotou suas fontes de vantagens competitivas naturais e depara-se com a necessidade de criar novas alternativas em outras bases.

## **1 – Impacto Ambiental do Processo de Povoamento**

O noroeste gaúcho foi o último espaço a ser ocupado com a população que define suas características atuais. Foram vários os caminhos utilizados no processo de ocupação e povoamento, os quais produziram suas marcas num conjunto nem sempre harmônico.

Inicialmente a região era ocupada por índios de diversos grupos étnicos, aos quais foram atribuídas diferentes denominações (tapes, charruas, guaranis, kaygangs, etc.). A primeira influência européia

ocorreu através dos Jesuítas espanhóis, cuja presença teria iniciado por volta de 1626. Originários das Reduções de Guairá (fundadas em 1610), em fuga da ação dos bandeirantes caçadores de índios para escravizar, os Jesuítas e um grande contingente de índios atravessaram o rio Uruguai para instalar-se em sua margem oriental, num movimento que culminou com a fundação dos Sete Povos das Missões entre 1687 e 1707 (Lazzarotto, 1986).

Entretanto, o desenvolvimento pacífico destes povos não durou mais do que 50 anos, quando voltaram a ocorrer ataques e perseguições de diversas ordens. Em meio ao conflito entre portugueses e espanhóis pela delimitação das fronteiras entre os territórios das respectivas colônias este modelo de organização social, bastante diferenciado de outros espaços pela sua interação respeitosa com a natureza, foi completamente desarticulado.

A conquista definitiva do território pelos portugueses (em 1801) ocorreu através da destruição dos Sete Povos das Missões. Entre os poucos índios que conseguiram se salvar, alguns fugiram para a outra margem do rio Uruguai, outros se refugiaram na mata densa da própria região e outros, ainda, apresentaram-se aos latifundiários próximos para trabalhar como peões de estância em troca de meios para sobrevivência. (Lessa, 1984)

A região, dotada de recursos naturais propícios para o desenvolvimento da pecuária extensiva nas áreas de campo e do extrativismo (principalmente da erva-mate) nas áreas de mata, foi alvo de cobiça e disputa entre os caudilhos uruguaios e rio-grandenses até meados do século XIX e tornou-se centro de atração de novos estancieiros.

Um segundo processo de ocupação do espaço regional ocorre pelo nordeste, através da penetração dos tropeiros, bandeirantes e outros aventureiros, em busca de escravos e de mulas para o trabalho. O ciclo dos tropeiros originou-se da grande demanda das minas de ouro de Minas Gerais que precisavam muitos braços humanos e gado rústico para o transporte de carga, no final do século XVIII e estendeu-se, durante o século XIX, devido à demanda paulista por gado bovino para abate (carne, couro, sebo, etc.).

A lógica econômica que fundamenta este processo era explicitamente extrativista e predatória em relação aos recursos naturais disponíveis e que possuísem algum valor nos mercados centrais. Embora não tivessem maior interesse na ocupação direta das terras, os tropeiros contribuíram decisivamente para a fixação de povoados (freguesias) ao longo dos caminhos percorridos. É o caso dos

atuais municípios de Vacaria, Cruz Alta, Passo Fundo, Palmeira das Missões, dentre outros.

O município de Cruz Alta, emancipado de Rio Pardo em 1834, tornou-se o centro político e econômico do planalto gaúcho durante o século XIX. Com uma área inicial de 60.000 Km<sup>2</sup>, foi o principal município mãe de toda a região norte do estado, do qual se emanciparam, ainda no mesmo século, Passo Fundo (1857), Santa Maria (1857) e Palmeira das Missões (1874).

Um terceiro caminho de ocupação e povoamento da região foi aberto desde o sul, através do rio Jacuí, por volta de 1750, numa tentativa do governo provincial de assentar casais de imigrantes açorianos em terras missioneiras. Foi uma tentativa frustrada, que não se viabilizou principalmente devido à falta de canais de transporte e comunicação, mas que indicou o caminho e alguns dos requisitos fundamentais para o processo de colonização que iria ocorrer posteriormente. Para se ter uma idéia das dificuldades da época pode-se visualizar a iniciativa da Câmara de Cruz Alta que, em 1877, oferecia gratuitamente 115 lotes de terra aos colonos imigrantes que quisessem se estabelecer às margens do rio Ijuí. Mas o Ministério da Agricultura recusou a oferta alegando não haver condições de mercado para a criação de uma colônia na região, tendo em vista o processo de colonização em curso na região da Serra.

O quarto caminho retoma a estratégia do anterior, cerca de 100 anos mais tarde. Um novo contexto político e econômico representado pela Abolição da Escravatura (1888) e pela Proclamação da República (1889) possibilitou a remoção dos entraves burocráticos e a criação de mecanismos legais (Serviço de Terras e Colonização) e logísticos (linha férrea até Cruz Alta, em 1894) de apoio à colonização do norte e noroeste do Rio Grande do Sul. As terras da região da Serra (colônias velhas) já estavam ocupadas e o crescimento populacional exigia que se abrissem novas fronteiras para os filhos dos colonos e para os novos imigrantes. Vários projetos de colonização estatais e privados foram realizados e floresceram no final do século XIX e início do século XX, permitindo uma massiva migração de colonos rumo às novas terras.

O município de Ijuí, por exemplo, tem sua origem numa colônia oficial, fundada em 1890, dentro da nova política de colonização, sob o controle dos governos estaduais, num modelo de colônias mistas compostas por imigrantes recém chegados da Europa (alemães, italianos, poloneses, teuto-russos, letos, austríacos, húngaros, suecos, franceses, espanhóis, etc.), descendentes de colonos excedentes das colônias velhas (São Leopoldo, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, etc.) e



povos nativos (caboclos, mestiços e posseiros diversos). Com o rápido crescimento a colônia foi elevada à condição de município já no ano de 1912, com uma população de 28 mil habitantes. Constituiu-se em município mãe de uma série de municípios novos criados mais recentemente.

Já o município de Panambi originou-se do empreendimento de um alemão (Dr. Herman Meyer) que adquiriu uma área de terras para fundar, em 1899, a colônia de Neu-Wirtemberg e promover o assentamento de colonos alemães que já estavam no Rio Grande do Sul. Apesar dos problemas iniciais com seus administradores, a colônia desenvolveu-se com grande vigor e, atualmente, o município exibe com orgulho suas principais características diferenciadoras (indústrias, escolas, cooperativas, iniciativas comunitárias, culturais, etc.).

No extremo norte da região situa-se o município de Três Passos, cuja origem está ligada à antiga “Colônia Militar do Alto Uruguai”, extinta em 1913. Em 1919 chegaram os primeiros colonos descendentes de alemães, oriundos de Chapada e de Tapera. Na seqüência aportaram colonos das mais diversas origens, atraídos pelo marketing das colonizadoras privadas que ofereciam lotes de terras agricultáveis. No contexto nacional do Estado Novo e da II Guerra Mundial o governo estadual decidiu pela instalação de um novo município em 1944, com sede em Três Passos e área desmembrada de Palmeira das Missões.

Também no extremo norte da região (e do estado, portanto) o município de Tenente Portela originou-se de um antigo domínio de índios Coroados. Ainda em 1940 sua área era escassamente povoada, quando começaram então a afluir colonos descendentes de italianos e alemães originários das colônias velhas, com grande impacto no desenvolvimento da agricultura no município.

Mais ao centro da região o Município de Santo Augusto originou-se de um povoado formado em torno da Casa Comercial do Sr. Pompílio Silva, fundada em 1918, nas margens da estrada de Ijuí – Três Passos, em terras da fazenda de João Chagas. A fazenda foi loteada por seus herdeiros, em 360 colônias que foram vendidas pelo comerciante, propiciando o assentamento dos colonos de diversas origens. Em dez anos foi criado o Distrito de Santo Augusto, que se tornou município em 1959.

O processo de ocupação e povoamento da região estendeu-se, portanto, até meados do século XX através de um fluxo contínuo de migrantes em busca de terras na última fronteira agrícola do estado. A presença dos colonos imigrantes europeus e de seus descendentes tornou-se hegemônica, em detrimento dos povos nativos (índios e

caboclos) excluídos do processo de apropriação privada das terras e empurrados para as últimas reservas de terras públicas ou para fora da região e do estado (Zarth, 1997).

**Tabela 1** População Urbana, Rural e Total da Região Noroeste Colonial.

ANO	Urbana		Rural		Pop. Total
	População Num. Hab.	Percent.	População Num. Hab.	Percent.	Num. Hab.
1920	1.800	6,4%	26.500	93,6%	28.300
1940	6.111	14,2%	36.823	85,8%	42.934
1950	16.393	10,2%	144.924	89,8%	161.317
1960	47.630	20,2%	188.261	79,8%	235.891
1970	77.097	26,0%	219.035	74,0%	296.132
1980	143.255	44,8%	176.257	55,2%	319.512
1991	175.982	55,1%	143.275	44,9%	319.257
2000	194.260	62,5%	116.622	37,5%	310.882

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos

Configura-se assim um quadro social bastante diverso, composto por distintos grupos étnico-culturais, com trajetórias históricas e condições sócio-econômicas muito heterogêneas. Predominantemente focados na produção agropecuária, em condições naturais adversas e pouco conhecidas, os agricultores desenvolveram sistemas de produção baseados no trabalho familiar e na fertilidade natural do solo. Seu desafio era produzir a subsistência da família, acrescida de um excedente comercializável para efetuar o pagamento das dívidas contraídas com a compra da terra e demais meios de produção.

Em tais condições, parece evidente que os impactos provocados no meio ambiente da região foram de grandes dimensões. Considerando que as terras de campo haviam sido apropriadas por estancieiros e fazendeiros para criação de gado, coube ao governo e às colonizadoras privadas assentar os colonos no interior das matas. Como bem caracteriza a expressão de Martin Fisher sobre o tema:

“Eram 22 imigrantes russos, que no dia 19 de outubro de 1890 chegaram a uma clareira no meio da mata virgem para se instalarem na recém fundada colônia Ijuí.”  
(Fisher, 1987. p.15.)

Ocorre que não foram somente 22 imigrantes. Estes foram tão somente os primeiros de um grande contingente populacional que chegou para ocupar o território da região. Tal abrangência já está suficientemente explicitada nos parágrafos anteriores. Sem perdê-la de vista importa explicitar melhor as condições específicas em que se desenvolveu a relação dos colonizadores com o ambiente natural no qual foram inseridos. Para tanto, foram importantes os registros existentes no Museu Antropológico Diretor Pestana, mantido pela FIDENE, bem como os diversos estudos realizados pelos autores citados. As principais referências existentes são sobre a colônia de Ijuí, mas podem ser tomadas como representativas para toda a região, com adaptações específicas.

*“Ijuí, fundada em 1890, é de todas as suas contemporâneas a colônia que teve desenvolvimento mais rápido e mais bem equilibrado. Já contava com 7.600 habitantes em 1900, quando sua direção foi confiada a um homem de grande valor, Augusto Pestana, que se empenhou na criação imediata de uma rede rodoviária e, depois, no seu constante melhoramento. A população cresceu muito depressa: 10 mil habitantes em 1905, 12 mil em 1908, 15 mil em 1910. A estrada de ferro, em 1911, ligou Ijuí a Cruz Alta; em um ano dobrou o valor das terras, elevando-se o número de habitantes a 22.500. Então, já não restava senão uma centena de lotes devolutos, e a remessa de imigrantes cessou. O Estado nela despendeu, entre 1895 e 1912, 790 contos, com a ajuda aos colonos, e 770, com as estradas. Ora, em 1912, 130.000 hectares estavam colonizados, atingindo o valor da produção agrícola 5.000 contos (222 mil-réis por habitante), o da exportação 2.000.” (ROCHE, Jean. 1969. p.234).*

Tamanho êxito somente foi possível mediante uma grande devastação da mata com o objetivo de abrir espaço para a construção da infra-estrutura (estradas, moradias, etc.) e a expansão da agricultura. O relevo acidentado, em muitos lugares, criou dificuldades adicionais para os colonos e impactos maiores no meio ambiente, especialmente onde tais elementos foram abstraídos no planejamento dos lotes e das estradas.

Toda a colônia foi dividida pelos agrimensores do governo em lotes de 25 hectares (uma colônia) em formato retangular, medindo 250 por 1000 metros, com suas divisas traçadas rigorosamente nas direções norte-sul e leste-oeste. Cada 4 lotes compunham uma quadra demarcada pelas estradas (linhas) cuja demarcação foi feita a cada 1 km, sem levar em consideração a topografia. Somente os cursos d'água mais volumosos (intransponíveis) como os rios Ijuí, Ijuizinho, Potiribú e Conceição foram respeitados.

O sistema de produção adotado pelos colonos combinava o uso do machado, da serra, da foice, do facão, do fogo e do saraquá, ou seja, a tradicional coivara, aprendida dos índios e dos caboclos, incluindo na derrubada também as árvores de grande porte e sem o posterior abandono das áreas para o pousio e recuperação natural. O uso do arado só foi possível mais tarde, após o apodrecimento dos troncos e das raízes mais superficiais. No princípio essas lavouras, ou roças, eram de dimensões reduzidas e se destinavam principalmente à subsistência familiar. Entretanto, o tamanho reduzido dos lotes, o crescimento do número de integrantes das famílias e a necessidade de gerar excedentes comercializáveis forçaram os colonos a exercer uma intensa exploração do solo, o que provocou um rápido esgotamento de sua fertilidade natural.

Os cuidados com o meio ambiente eram poucos. A mata era vista muito mais como um obstáculo a ser vencido do que uma fonte de biodiversidade e sustentabilidade da vida. Grande parte da madeira foi destruída pelo fogo ou apodreceu em meio às roçadas, a flora e a fauna eram consideradas hostis pela falta de conhecimento sobre as possibilidades de convivência e interação com as mesmas. As práticas de conservação limitavam-se à construção de taipas de pedra (recolhidas para limpar os terrenos) e o plantio de fileiras de cana-de-açúcar ou capim-elefante, em curvas de nível para conter a força das águas e a erosão mais evidenciada.

Há que se destacar o impacto do processo de modernização da agricultura sobre a dinâmica populacional da região. No período entre 1950 e 1980 é nítido o processo de urbanização da população. Neste período, a população urbana passou dos 10,2 % do total (1950), para 44,8 % em 1980. Este fenômeno pode ser explicado especialmente pelo aumento da produtividade do trabalho em função das novas técnicas, em especial do uso de maquinário para substituir a força de trabalho humano. Esse tema é tratado no próximo item.

## **2 – Os Impactos Ambientais do processo de Modernização da Agropecuária**

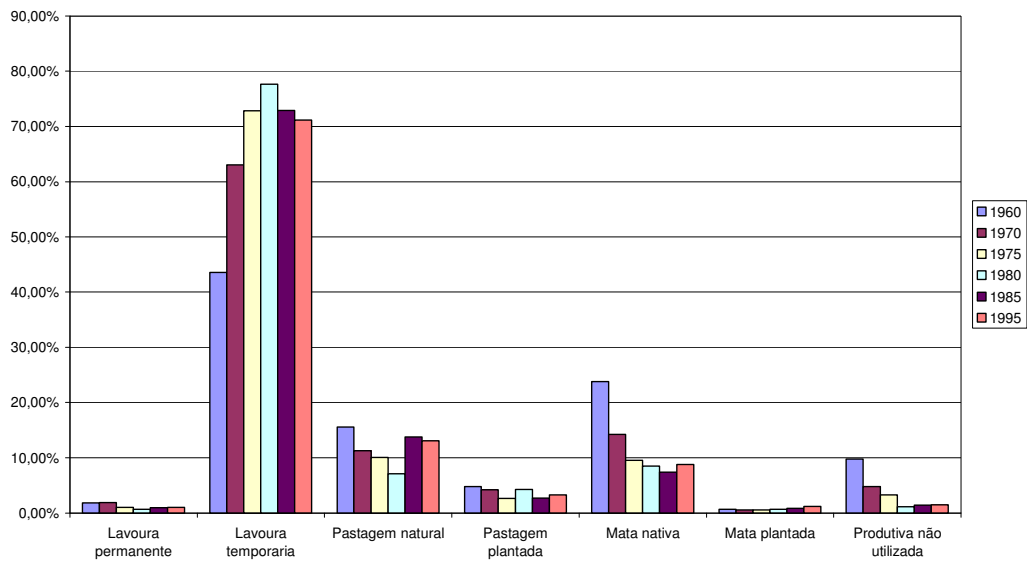
Passado o impulso inicial de desenvolvimento regional, em pouco tempo os sistemas de produção adotados pelos colonos, que combinavam práticas extrativistas desenvolvidas pelos índios e caboclos, com necessidades de produção muito mais intensivas, começaram a apresentar problemas. O esgotamento da fertilidade natural do solo implicou na diminuição da produtividade das culturas, combinado com a proliferação de pragas e doenças (formigas), inviabilizou a produção nas áreas mais atingidas. Dificuldades de acesso a novos mercados e acirramento da concorrência com o aumento dos fornecedores de produtos coloniais nos mercados tradicionais adicionaram problemas ao desenvolvimento regional. (Frantz, 1980).

Em tais condições a região inseriu-se no processo de modernização da agricultura implementado em escala mundial desde os anos 1940 e intensificado no Brasil nos anos de 1960 – 70. As profundas transformações na base técnico-produtiva, com o uso intensivo de máquinas, equipamentos e insumos químicos, nas configurações do mercado de produtos, com o surgimento das cooperativas, das agroindústrias e dos exportadores, nas formas de financiamento e integração de capitais, expressam-se em todo o planalto gaúcho através da expansão acelerada da triticultura ou do binômio trigo-soja. Posteriormente, o processo se generalizou para todas as atividades agropecuárias. A intensidade desse processo pode ser inferida pela modificação na utilização da terra da região, especialmente entre 1960 e 1980, conforme demonstra o Gráfico 01.

Este processo foi induzido pelo governo brasileiro, utilizando-se de um conjunto de instrumentos de política agrícola, no quadro do planejamento estatal. O grande impulso ocorreu com o SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural, associado à PGPM – Política de Garantia dos Preços Mínimos, implantados em 1965.

Os impactos ambientais de grandes proporções provocados pelo processo de colonização foram ampliados exponencialmente pelo processo de modernização da agropecuária. Se o primeiro processo expandiu a área de lavoura temporária para 40% da área total de terras, o segundo, em apenas duas décadas, praticamente duplicou a área de lavouras.

Gráfico 01: UTILIZAÇÃO DA TERRA: PERCENTUAL DE ÁREA POR USO



Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários

Grande parte da mata nativa restante foi arrancada com a utilização de potentes máquinas escavadeiras, áreas destinadas ao pousio, ou à pastagem natural foram incorporadas ao processo produtivo.

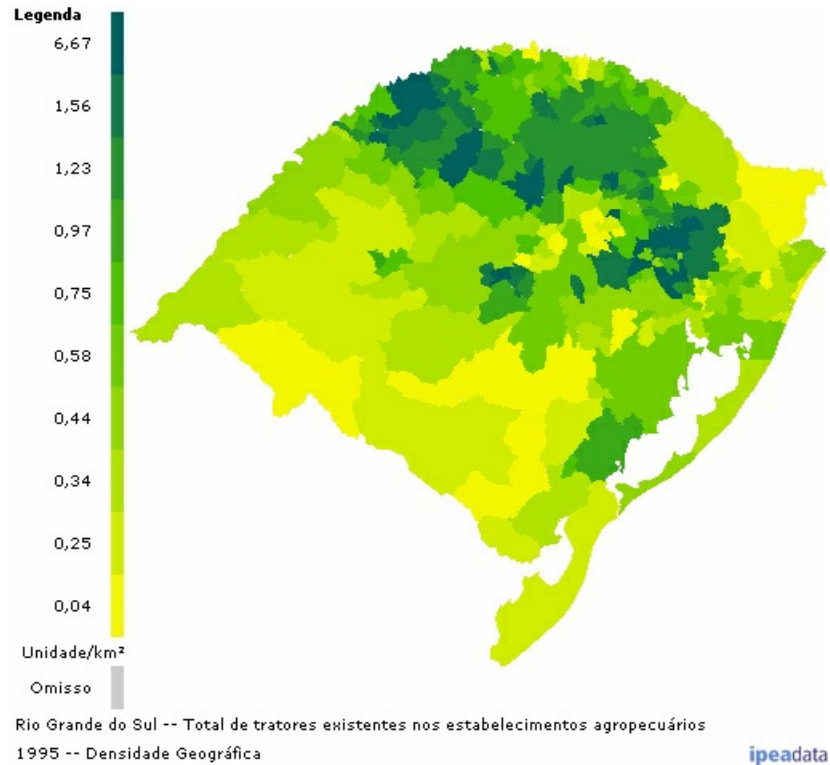
“Os campos nativos cobertos de ‘barba de bode’ e as matas cedem lugar aos trigais, e as juntas de bois e os arados de tração animal são gradualmente substituídos pelos tratores, pelos arados e grades de discos, pelas semeadeiras e pelas colheitadeiras automotrizes.” (REICHARDT FILHO, 1990. p.16).

Essa nova maneira de trabalhar a terra cada vez mais intensivamente, com a utilização de máquinas diversas, especialmente na região noroeste do Rio Grande do Sul, conforme mostra o mapa 03, aplicação de insumos químicos para corrigir a acidez, recuperar a fertilidade e combater as pragas e doenças, acentuou o grave problema da degradação física, química e biológica do solo.

Os impactos diretos e profundos no meio rural, transformando colonos em granjeiros, agricultores em empresários rurais e excluindo

grande parte dos demais, atingiram também o meio urbano. Um novo contexto se consolida, no qual a produção agropecuária passa a integrar um complexo de atividades econômicas agroindustriais e financeiras para o qual são exigidos padrões de qualidade e competitividade sempre mais elevados.

**Mapa 3:** Número de Tratores Existentes nos Estabelecimentos Agropecuários.

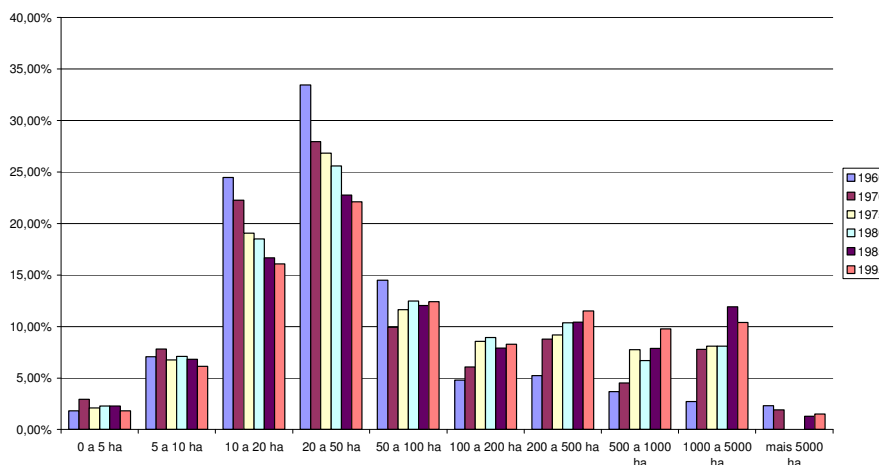


Um dos limites importantes para os produtores da região nesta perspectiva é a escala de produção. A estrutura fundiária com base em pequenos estabelecimentos sofre o impacto da nova dinâmica de reprodução das unidades de produção que passam a concentrar áreas cada vez maiores.

Os dados do gráfico 02 demonstram com nitidez esse movimento concentrador através da redução significativa da

participação dos extratos menores, em favor do crescimento da participação dos extratos maiores, no total de área dos estabelecimentos. Porém o processo real de concentração é muitíssimo mais intenso, pois ademais ocorreu um processo de concentração de estabelecimentos por proprietário, o que foge aos dados utilizados pelo IBGE.

Gráfico 02: ESTRUTURA FUNDIÁRIA: PERCENTUAL DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR EXTRATO



Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários

As transformações na base econômica da região modificaram as condições de trabalho e renda de grandes contingentes populacionais que, liberados do trabalho no meio rural, buscaram alternativas de emprego urbano, criando toda uma nova dinâmica. A montante das atividades agropecuárias desenvolve-se um conjunto de empreendimentos fornecedores de máquinas, equipamentos, fertilizantes, agrotóxicos, crédito, assistência técnica e outros ingredientes para a produção. À jusante, outro conjunto de agentes econômicos envolvidos com a comercialização, transporte, armazenagem, beneficiamento e industrialização da produção agropecuária. (Trennepohl, 1997).

O êxodo rural e o movimento migratório de grandes contingentes populacionais produzem novos impactos na relação do desenvolvimento regional com a natureza. O crescimento dos núcleos urbanos e das atividades agroindustriais, industriais, comerciais e de

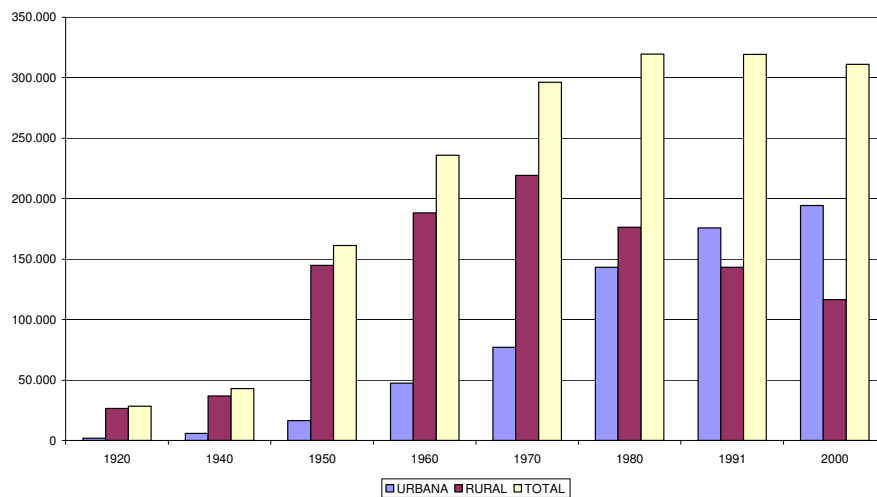


serviços. Problemas como captação e tratamento de água potável, destinação de efluentes industriais, esgotos cloacais e resíduos sólidos em geral (hospitalares e outros) passaram a fazer parte da agenda de prefeitos e lideranças do desenvolvimento da região.

### 3 – Sintomas na Dinâmica Populacional

A dinâmica populacional da região apresenta características muito específicas, podendo ser identificadas três fases bem distintas. A primeira delas compreende o período de ocupação e povoamento, que vai até os anos 1950/60, em que há um crescimento da população, especialmente a rural, intensificado pelo movimento de imigração dos colonos. A segunda fase estende-se até os anos 1980 e caracteriza-se pela redução do ritmo de crescimento da população e pela sua acelerada urbanização. A terceira fase compreende os últimos 20 anos, em que ocorre um decréscimo da população da região, fruto da intensa emigração de pessoas em busca de oportunidades de trabalho e renda.

Gráfico 03: POPULAÇÃO RURAL, URBANA E TOTAL DA REGIÃO



Fonte: FIBGE – Censos Demográficos

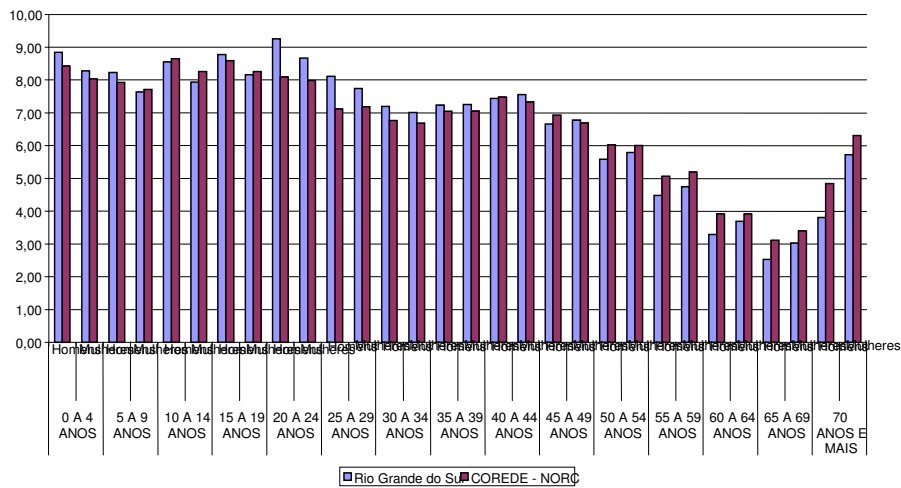
A população total da região, que alcançou praticamente 320 mil habitantes na década de 1980, diminuiu para menos de 300 mil na atualidade (estimativas para 2005), o que aponta para a existência de problemas no desenvolvimento regional (Gráfico 03). Cerca de 40% dos

movimentos migratórios ocorreram em direção a outros estados do Brasil, com forte ligação com o processo de expansão da fronteira agrícola na região dos cerrados. Houve um importante movimento migratório para os grandes centros urbanos do estado, especialmente no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul, em busca de oportunidades de emprego no setor industrial ou de serviços. Além disso, há um movimento migratório interno, oriundo do meio rural ou das comunidades menores em direção aos pólos urbanos que se mantêm em crescimento.

Tal comportamento certamente não ocorre por acaso, mas constitui-se em sintoma muito claro de que há um problema na dinâmica de desenvolvimento regional. Se a chegada de imigrantes estava fortemente influenciada pela existência de recursos naturais abundantes (terras férteis e devolutas), a saída de muitos emigrantes está associada ao esgotamento desses recursos e a busca pela nova fronteira agrícola. Portanto, em alguma medida os problemas do desenvolvimento regional estão associados à sua falta de sustentabilidade ambiental.

É importante registrar que a emigração é mais intensa na população jovem, na faixa etária dos 20 aos 45 anos, especialmente aquela com maior grau de escolaridade, o que debilita sobremaneira a capacidade empreendedora, inovadora e criativa da região. Junto com as pessoas, muitas vezes famílias inteiras, migram também recursos materiais (máquinas, equipamentos, etc.), financeiros (dinheiro e crédito) e tecnológicos (experiências), fragilizando as forças produtivas locais.

Gráfico 04: POPULAÇÃO POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA



Fonte: FIBGE – Censos Demográficos

Observando os dados do gráfico 04 sobre a população por faixa etária, é possível perceber nitidamente um processo de envelhecimento mais acelerado do que a média estadual.

Para quem vai, o problema consiste em como inserir-se adequadamente nas dinâmicas de desenvolvimento da nova região escolhida. Para tanto, são necessárias diferentes competências envolvendo capacidades pessoais e patrimoniais, o que exclui os menos dotados dessas competências.

Para os que ficam o desafio é reunir as competências existentes, naturais (restantes) e criadas ao longo da trajetória histórica e colocá-las a serviço de um processo de desenvolvimento sustentável. A lógica extrativista, preponderante ao longo do processo histórico, perdeu sua eficácia e uma nova estratégia deve ser elaborada, procurando identificar as condições, potencialidades e limites atuais da região.

#### 4 – Desafios para a Atuação do COREDE – NORC

O Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial foi constituído com base numa identidade regional cuja origem remete ao processo de ocupação do território e a constituição dos municípios a partir do desmembramento de áreas pertencentes à Cruz Alta. Reforçada por diversas experiências de articulação como a criação da

COTRIJUI, da FIDENE e a atuação das duas Associações de Municípios (AMUCELEIRO e AMUPLAM), esta identidade facilitou a organização do Conselho e definiu rapidamente como agenda prioritária a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

A metodologia amplamente participativa utilizada na elaboração do referido Plano foi possível graças à trajetória comum e a experiência histórica. Partindo do debate e da elaboração dos Planos Municipais, compondo grupos de debates e sistematização de Planos Setoriais (13), com base numa ampla caracterização da região onde foram identificados problemas, potencialidades e tendências, foram estabelecidas diretrizes, prioridades e estratégias para o desenvolvimento regional. Também foram definidas recomendações quanto ao gerenciamento do plano, especialmente em relação à articulação política necessária para viabilização dos programas e das ações previstas.

Portanto, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Noroeste Colonial, fruto de um intenso debate público, realizado ao longo de 3 anos, nas diversas instâncias da região, tornou-se a referência fundamental para as ações do Conselho. Toda a articulação interna com o objetivo de motivar entidades e lideranças para mobilizar forças em prol do desenvolvimento foi feita com base nas definições do Plano, assim como as articulações externas, junto a outros conselhos, aos órgãos de governo e outras instâncias de poder.

Com esta referência básica os representantes do COREDE-NORC forneceram contribuições substanciais para a elaboração de outros planos ou programas similares. É o caso, dentre outros, do: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Noroeste do Rio Grande do Sul, elaborado em 1996, abrangendo 5 COREDES vizinhos; Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruguai, de 1997, envolvendo também regiões de Santa Catarina e da Argentina; Documentos Pró - RS 1, 2 e 3 elaborados pelo Fórum Estadual dos COREDES para ser entregue aos Candidatos ao Governo do Estado nas Eleições de 1998, 2002 e 2006; Pró-Rural 2000 e do Programa de Combate às Desigualdades do Rio Grande do Sul do Governo Estadual; Estudo sobre a nova Estratégia de Desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL do Governo Federal, em 2003; Rumos 2015, estudo encomendado pelo Governo Estadual em 2005/06.

Destas e de outras iniciativas originaram-se diversas ações que foram empreendidas na região, com resultados mais relevantes em algumas e menos em outras. Merecem destaque:

- a) Recuperação do Solo, da Água e dos Rios:

Identificado desde logo como principal problema da agropecuária regional, o acelerado processo de degradação dos recursos naturais provocado por práticas de cultivo e manejo inadequadas foi tratado com muita atenção pelas lideranças do setor. Com apoio dos órgãos públicos, engajamento das cooperativas e empresas ligadas ao agronegócio foram implementadas ações de pesquisa, assistência técnica e educação que modificaram substancialmente as práticas vigentes. A difusão do Plantio Direto, a proteção das fontes e das margens dos rios reconfiguraram completamente o quadro anterior para uma situação menos problemática, embora não completamente resolvida.

b) Reflorestamento:

De forma semelhante foi considerado o problema do desmatamento realizado em ritmo muito acelerado nos anos 1960 a 1980. Várias iniciativas continuam sendo implementadas na direção do reflorestamento ou da reposição florestal, especialmente, da mata ciliar, das encostas e das áreas mais suscetíveis à degradação. Mais importante que um rol de ações isoladas implementadas nessa direção, este item representa uma tomada de consciência sobre o esgotamento dos recursos naturais e a importância de recompor os elementos fundamentais do meio ambiente.

c) Apoio à Agricultura Familiar e ao Agronegócio;

Múltiplas iniciativas foram encaminhadas no sentido de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento das atividades ligadas ao agronegócio, tendo em vista a importância econômica e social deste setor na região. Uma parte importante delas foi incorporada aos programas e políticas dos Governos Estadual e Federal, o que não significa que todos os problemas do setor tenham sido resolvidos satisfatoriamente.

d) Agroindústria e Produção de Alimentos:

Com o objetivo de agregar valor aos produtos agropecuários foi definida como estratégica a ação de apoio ao desenvolvimento da agroindústria, especialmente, na produção de alimentos. Várias iniciativas foram implementadas nesta direção, procurando criar, revitalizar ou fortalecer empresas locais e atrair empresas multinacionais com interesse de explorar essa atividade na região. A ampliação de atividades com a capacidade de agregação de valor poderá contribuir para aliviar a pressão sobre o uso intensivo de recursos naturais.

e) Indústria, Ciência, Tecnologia e Extensão Empresarial:

O problema da baixa capacidade empreendedora da região motivou a mobilização em busca de apoio para o desenvolvimento científico e tecnológico, a qualificação profissional e o fomento de iniciativas de aproveitamento das potencialidades existentes, especialmente, no setor industrial. Além de gerar riquezas através de novos produtos, visa o desenvolvimento de novos sistemas de produção com características de sustentabilidade ambiental.

f) Novas Alternativas como Aqüicultura e Turismo:

O forte questionamento sobre a matriz produtiva regional e seus limites, demasiadamente restritivos, implica na indicação de potencialidades alternativas para a produção, trabalho e renda da população. Dentre as alternativas que receberam maiores investimentos de energia humana em inúmeras tentativas de consolidação de ações estão a Aqüicultura (produção de peixes de água doce) e o Turismo. Foram realizados estudos de viabilidade, seminários de debates e articulação, bem como investimentos em estruturas produtivas e qualificação de pessoas. Entretanto, as obras de construção de açudes em áreas muito sensíveis (banhados, nascentes e córregos) e a falta de conhecimento sobre o manejo correto dos mesmos geraram polêmicas com os órgãos ambientais.

g) Infra-estrutura de Transporte, Energia e Comunicações:

As carências da região em termos de infra-estrutura, apontadas pelo diagnóstico do Plano, receberam atenção do Conselho que passou a reivindicar de forma articulada junto aos órgãos competentes as soluções mais apropriadas. Apesar de persistirem muitas carências, não há como negar o significativo avanço que ocorreu neste campo e a melhoria das condições de competitividade regional.

h) Educação, Saúde e Assistência Social:

Nos últimos anos ocorreram grandes transformações no campo das Políticas Sociais no Brasil. No âmbito de uma nova Constituição Federal foi elaborada e implementada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estruturado o Sistema Único de Saúde e definida uma nova Lei Orgânica de Assistência Social, além de outras tantas iniciativas dos Governos Federal e Estadual. Tais transformações manifestaram-se também na região e representaram um desafio para as suas lideranças no sentido de promover uma inserção qualificada num processo mais amplo. O trabalho realizado pelo Conselho, de amplo e permanente debate público entre as “forças vivas” da região, possibilitou um movimento interessante de intercâmbio de idéias e experiências e um melhor posicionamento frente ao contexto de mudanças.

i) **Qualificação da Gestão Pública:**

Um conjunto importante de ações foi implementado visando qualificar a gestão pública no âmbito local e regional. Diante da escassez de recursos e da complexidade dos desafios do desenvolvimento é necessário aperfeiçoar a gestão dos mesmos, através de um planejamento mais participativo e transparente, uma ação mais dinâmica e um controle mais efetivo dos resultados. O esforço local e regional esteve sempre em sintonia com as definições mais gerais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras.

O principal mérito do Conselho Regional de Desenvolvimento foi a sua contribuição para a construção de uma identidade regional e a tomada de consciência sobre as condições em que ocorre o seu processo de desenvolvimento. Embora tenha sua origem em circunstâncias e experiências anteriores, essa identidade foi aprofundada pelo processo de reflexão coletiva e debate público sobre o Diagnóstico e melhor explicitada na definição das Diretrizes, Estratégias e Prioridades para o Desenvolvimento da Região. Não se trata de estabelecer um consenso sobre o que é ou o que deveria ser a região, mas de, coletivamente, conhecer melhor a realidade, identificar os conflitos de interesses, explicitar a correlação de forças e sua dinâmica e estabelecer objetivos hegemônicos.

O processo de construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento foi decisivo para identificar os principais problemas estruturais da região, especialmente o acelerado processo de esgotamento dos recursos naturais, bem como para apontar os caminhos para seu enfrentamento. As ações implementadas sob influência do Conselho possuem uma coerência com o diagnóstico, com os objetivos e com as articulações feitas. Entretanto os resultados alcançados nem sempre correspondem às expectativas iniciais, o que demonstra a existência de limites quanto ao alcance da sua atuação.

### **Considerações Finais**

Esta análise foi realizada na perspectiva de compreender melhor as características de uma dinâmica histórica concreta, sem a pretensão de julgá-la como positiva ou negativa, certa ou equivocada. Em determinadas circunstâncias históricas os homens estabeleceram relações entre si e com a natureza de acordo com sua capacidade de entendimento e ação. Estudar tais processos poderá ser útil para perceber que as circunstâncias atuais são muito distintas e, portanto, serão necessárias novas competências para o desenvolvimento regional. Reconhecer o esgotamento da estratégia de desenvolvimento

baseada na disponibilidade de recursos naturais (terras férteis e devolutas) é um passo importante, não para condenar os antepassados, mas para orientar a busca por alternativas.

A Região Noroeste Colonial não é a única que adotou essa estratégia e, tampouco, a única que se encontra em crise por falta de perspectivas. Se isto não serve de consolo, aponta para o fato de que outras regiões também estão em busca de soluções semelhantes e a troca de experiências poderá ser um caminho interessante. Novas estratégias, baseadas em competências criadas ou desenvolvidas pela experiência histórica, poderão ser implementadas em articulação com outros territórios ou regiões.

Para finalizar, importa ressaltar como aspecto fundamental na avaliação das perspectivas futuras do desenvolvimento, a existência de uma identidade regional histórica, a qual foi melhor explicitada pela atuação do Conselho Regional de Desenvolvimento. Constituir um fórum de debate e reflexão sobre os rumos do desenvolvimento de uma região pode parecer algo meramente formal ou burocrático, entretanto a sua inexistência implicaria em dificuldades adicionais para uma tomada de consciência sobre os problemas e sobre as possíveis alternativas de desenvolvimento.

Não foi por acaso que o diagnóstico realizado pelo COREDE, com ampla participação de entidades e lideranças representativas da comunidade regional, apontou com absoluta clareza para o esgotamento dos recursos naturais (solos, água, flora, fauna, etc.) como principal problema para a continuidade do processo de desenvolvimento. De forma coerente com o diagnóstico, as principais propostas, programas e ações foram definidas na perspectiva de enfrentamento desse problema.

Sem desconhecer que existe uma distância considerável entre intenções e ações no desenvolvimento regional é possível reconhecer que a tomada de consciência constitui-se em passo fundamental para o enfrentamento dos problemas.

Um exemplo dramático desta realidade é fornecido pela grave crise que atinge a todo o estado do Rio Grande do Sul, mas de forma particularmente intensa à região. Apesar de toda a crítica e da tomada de consciência sobre os seus riscos, a região continuou dependente de uma matriz produtiva centrada na produção agropecuária, em especial da produção de soja. Portanto, os problemas climáticos ocorridos nas duas últimas safras combinados com problemas de mercado estão acarretando um transtorno econômico sem precedentes, com reflexos sociais de difícil mensuração.



Alguém poderia inferir daí que a responsabilidade maior pela intensidade da crise na região é do COREDE. Seria uma leitura injusta e equivocada. Todo o esforço empreendido pelo Conselho foi no sentido de construir caminhos, encontrar alternativas para reduzir esta dependência. A crise produz reflexos importantes sobre as condições materiais de produção, mas também gera perplexidade e o desafio para uma releitura da realidade. As ações emergenciais são de extrema importância para minimizar os efeitos imediatos da crise, mas as atitudes de tomada de consciência e reposicionamento estratégico, certamente, encontrarão ambiente favorável no COREDE – NORC.

### **Referências bibliográficas**

- BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1997. 147p.
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988. 200p.
- CALLAI, J. L. **A agricultura na história de Ijuí**. Ijuí(RS): Ed. UNIJUI. 1987. 28p.
- COREDE – NORC. **Plano estratégico de desenvolvimento regional**. Ijuí: Ed. UNIJUI. 1994. 84p.
- CORREA, S. M. S. & BUBLITZ, J. **Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo(RS): Ed. UPF; Santa Cruz do Sul (RS): Ed. UNISC. 2006. 142p.
- FRANTZ, T. R. **As granjas de trigo e soja: gênese e evolução de um grupo de agricultores no planalto do Rio grande do Sul - Brasil**. Paris: Universidade de Paris I – Sorbonne, 1980. Tese de Terceiro Ciclo.
- FISHER, M. **Etnias diferenciadas na formação de Ijuí**. Ijuí: Ed. UNIJUI. 1987. 43p.
- LAZZAROTTO, D. **História do Rio grande do Sul**. 5 ed. Ver. E atualizada. Porto Alegre: Sulina, 1986. 112p.
- LESSA, L. C. B. **Rio grande do Sul: prazer em conhecê-lo**. Rio de Janeiro: Globo, 1984. 212p.
- REICHARDT FILHO, L. **Um histórico da agropecuária conservacionista do solo em Ijuí – RS**. Ijuí: Ed. UNIJUI. 1990. (coleção centenário de Ijuí; 8).

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento: análise do “modelo” de integração entre regional e global**. Ijuí (RS): Ed. UNIJUI, 1999. 188p.

TRENNEPOHL, D. **O processo de desenvolvimento recente da agropecuária gaúcha**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1997. 168p. Dissertação de Mestrado.

ZARTH, P. **História agrária do Planalto Gaúcho 1850 – 1920**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1997. 208p. Coleção Ciências Sociais.